

# OS SENTIDOS DA CRISE DO CORONAVÍRUS, DO LOCAL AO GLOBAL:

*MAPEANDO OS DESDOBRAMENTOS  
POLÍTICOS, ECONÔMICOS E SOCIAIS*



## APRESENTAÇÃO

Ananda Viana, Mariane Matos, Paula Frias, Poema Portela, Rafael Moura

**NADA SERÁ COMO ANTES? NOTAS SOBRE RESPOSTAS POLÍTICAS E ESTRATÉGIAS GOVERNAMENTAIS À CRISE SANITÁRIA GLOBAL EM PAÍSES DA AMÉRICA LATINA**

Andrea Ribeiro

**A CENTRALIDADE SOCIAL DO TRABALHO PARA A AUTOVALORIZAÇÃO DO CAPITAL E A PANDEMIA DE COVID-19**

Ana Beatriz Bueno de Jesus, Bruna da Penha de Mendonça Coelho, Miriam Tavares de Sá

**COVID-19: UMA DURA SENTENÇA DE MORTE PARA O ENSINO SUPERIOR PRESENCIAL EM ÁFRICA – O CASO DE MOÇAMBIQUE**

Jochua Abrão Baloi

**A PRODUÇÃO DA CIÊNCIA POLÍTICA BRASILEIRA SOBRE O NOVO CORONAVÍRUS: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA**

Gabriela Vilela Lyra, Renato Victor Lira Brito, Carolina Gabriela Dolléans

**COVID-19 E ABSTENÇÃO ELEITORAL: UMA ANÁLISE EXPLORATÓRIA SOBRE AS TAXAS DE PARTICIPAÇÃO NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2020**

Matheus Cavalcanti Pestana, Guilherme Dall'Orto Rocha

**SENSIBILIDADE E VULNERABILIDADE NO CONTEXTO DA PANDEMIA: UMA ANÁLISE DAS AÇÕES DA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS) EM TEMPOS DE CORONAVÍRUS**

Ricardo Almeida Marques



**Cadernos de Estudos Sociais & Políticos (CESP)**

**DOSSIÊ “Os sentidos da crise do Coronavírus, do local ao global:  
Mapeando os desdobramentos políticos, econômicos e sociais”**

**ORGANIZADORES**

Ananda Viana

Mariane Matos

Paula Frias

Poema Portela

Rafael Moura

## **EXPEDIENTE**

Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

Instituto de Estudos Sociais e Políticos – IESP

## **CADERNOS DE ESTUDOS SOCIAIS E POLÍTICOS**

[www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/CESP](http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/CESP)

## **COMITÊ EDITORIAL**

Ana Silva Rosa, IESP/UERJ

Helio Maurício Pirajá Cannone, IESP/UERJ

Kayo Moura da Silva, IESP/UERJ

Hellen Cristina Silva de Oliveira, IESP/UERJ

Marcelo Borel, IESP/UERJ

Matheus Vitorino Machado, IESP/UERJ

Marina Rute Pacheco, IESP/UERJ

Mariane Silva Reghim, IESP/UERJ

Paulo Joaquim Da Silva Rodrigues, IESP/UERJ

Raul Nunes de Oliveira, IESP/UERJ

Vinicius Cardoso Reis, IESP/UERJ

## **CAPA, LAYOUT E DIAGRAMAÇÃO**

Ana Rita Souza

Suzane Lopes (Movimento 1989)

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b> (Ananda Viana, Mariane Matos, Paula Frias, Poema Portela & Rafael Moura) .....	4
<b>NADA SERÁ COMO ANTES? NOTAS SOBRE RESPOSTAS POLÍTICAS E ESTRATÉGIAS GOVERNAMENTAIS À CRISE SANITÁRIA GLOBAL EM PAÍSES DA AMÉRICA LATINA</b> (Andrea Ribeiro) .....	11
<b>A CENTRALIDADE SOCIAL DO TRABALHO PARA A AUTOVALORIZAÇÃO DO CAPITAL E A PANDEMIA DE COVID-19</b> (Ana Bueno, Bruna Coelho & Miriam Sá).....	28
<b>COVID-19: UMADURA SENTENÇA DE MORTE PARA O ENSINO SUPERIOR PRESENCIAL EM ÁFRICA – O CASO DE MOÇAMBIQUE</b> (Jochua Baloi) .....	52
<b>A PRODUÇÃO DA CIÊNCIA POLÍTICA BRASILEIRA SOBRE O NOVO CORONAVÍRUS: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA</b> (Gabriela Lyra, Renato Brito & Carolina Dolléans) .....	70
<b>COVID-19 E ABSTENÇÃO ELEITORAL: UMA ANÁLISE EXPLORATÓRIA SOBRE AS TAXAS DE PARTICIPAÇÃO NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2020</b> (Matheus Pestana & Guilherme Rocha) .....	90
<b>SENSIBILIDADE E VULNERABILIDADE NO CONTEXTO DA PANDEMIA: UMA ANÁLISE DAS AÇÕES DA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS) EM TEMPOS DE CORONAVÍRUS</b> (Ricardo Marques) .....	114

**NADA SERÁ COMO ANTES? NOTAS SOBRE RESPOSTAS POLÍTICAS E ESTRATÉGIAS GOVERNAMENTAIS À CRISE SANITÁRIA GLOBAL EM PAÍSES DA AMÉRICA LATINA**

*Will nothing be like before? Notes on policy responses and government strategies to the global health crisis in Latin American countries*

Andrea Ribeiro<sup>14</sup>

---

<sup>14</sup> Professora Adjunta do Departamento de Administração da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis (UFF). Doutora em Ciência Política pelo IESP/UERJ. Pesquisadora do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento (INCT/PPED) e do Núcleo de Estudos do Empresariado, Instituições e Capitalismo (NEIC). Foi pesquisadora visitante na Universidad Nacional San Martín (Argentina). Co-coordenadora do Grupo de Investigación Estado, Instituciones y Desarrollo da Associação Latinoamericana de Ciência Política (GIEID/ALACIP). Email: aoribeiro@gmail.com.

## **RESUMO**

Este artigo propõe algumas direções para o entendimento dos impactos da pandemia da Covid-19 na América Latina. Nessa direção, adota perspectiva multidimensional da conjuntura crítica reconhecendo sua complexidade e seus efeitos sobre a compreensão das relações e instituições políticas e econômicas moldadas pelo capitalismo. Identifica, ainda, processos de ressignificação do espaço público e das práticas econômicas, assim como da ação estatal trazendo novos sentidos para o desenvolvimento. Estrutura-se em 3 partes. A primeira trata da dimensão global e única da conjuntura crítica representada pela simultaneidade de crises (social, política, econômica, sanitária, ambiental e civilizacional). A segunda destaca a dimensão regional, apontando alguns aspectos conjunturais presentes em países da América Latina. A última seção apresenta algumas direções para o futuro e em especial para o contexto brasileiro.

**PALAVRAS-CHAVES:** COVID-19, AMÉRICA LATINA, CAPACIDADES ESTATAIS

## **ABSTRACT**

This article proposes some directions for understanding the impacts of the Covid-19 pandemic in Latin America. In this direction, it adopts a multidimensional perspective of the critical juncture, recognizing its complexity and its effects on the understanding of political and economic relations and institutions shaped by capitalism. It identifies processes of re-signification of public space and economic practices, as well as of state action bringing new meanings to development. It is structured in three parts. The first deals with the global and unique dimension of the critical juncture represented by the simultaneity of crises (social, political, economic, health, environmental and civilizational). The second highlights the regional dimension, pointing out some conjunctural aspects present in Latin American countries. The last section presents some directions for the future and in particular for the Brazilian context.

**KEYWORDS:** COVID-19, LATIN AMERICA, STATE CAPABILITIES

“Nada não está tão ruim que não possa piorar” (Jair Bolsonaro, presidente da república, 27/09/2021)

“O céu já foi azul, mas agora é cinza, e o que era verde aqui já não existe mais” (Fábrica, Legião Urbana, 1986)

Pensar a pandemia do Sars-Covid constitui desafio intelectual incontornável tamanha a complexidade dos efeitos sobre as formas e os conteúdos da vida humana no planeta Terra. Este artigo busca contribuir, humildemente, com essa tarefa apontando para algumas direções. Adota uma perspectiva política, buscando identificar processos de ressignificação do espaço público e das práticas econômicas que afetam os modos de entender a ação estatal e impõem novos sentidos para o desenvolvimento. Nessa direção adota uma perspectiva multidimensional da conjuntura crítica manifestada pela pandemia global do Sars-Covid, reconhecendo a complexidade desse evento e seus efeitos sobre as formas como compreendemos as relações e instituições políticas e econômicas moldadas pelo capitalismo. Como fenômeno histórico global, reflete uma diversidade de crises simultâneas e não necessariamente convergentes das instituições e valores que organizam as relações sociais, políticas e econômicas sob o neoliberalismo. O que está em jogo é a legitimidade do individualismo radical e da sociedade autorregulável e sem governo como princípios organizadores da utopia falaciosa do fundamentalismo de mercado. Como compreendeu Polanyi no contexto entre guerras, não existe sociedade sem disputas de poder reguladas por instituições sociais, políticas e econômicas; não há Estado impermeável que funcione à margem dos conflitos de interesses dos atores sociais (Block e Somers, 2017).

A ascensão de forças antidemocráticas e antipopulares expõe os limites da democracia representativa liberal, e a eliminação de empregos e profissões promovida pelo capitalismo hightech condena trabalhadores e trabalhadoras à pobreza naturalizando a desigualdade social; o conflito capital x vida reflete-se na fúria planetária contra a espécie humana (Agambem et al, 2020; Carrasco e Díaz, 2020; Han, 2020; Antunes, 2020). A globalização da Covid-19 trouxe o tema do cuidado e do valor do trabalho e colocou em xeque o tipo de organização social alicerçada na hegemonia da crença na superioridade de instituições democráticas liberais e no modo de produção capitalista frente à ascensão de forças conservadoras em todo mundo e à ameaça palpável de crise climática global.

Este texto está estruturado em 3 partes. A primeira trata da dimensão global e única da conjuntura crítica representada pela simultaneidade de crises (social, política, econômica, sanitária,

ambiental e civilizacional). A segunda destaca a dimensão regional, apontando alguns aspectos conjunturais presentes em países da América Latina. A última seção, conclusiva, apresenta algumas direções para o futuro e em especial para o contexto brasileiro.

### **1) A INTERNACIONALIZAÇÃO DO VÍRUS: SOMOS TODOS UM?**

O prolongamento da crise sanitária desencadeada pela propagação do novo coronavírus, em março de 2020, e a estabilização da incerteza constituem desafios à tarefa de pensar o mundo pós pandemia. As leituras iniciais identificaram o evento como sintoma da inviabilidade do capitalismo de estilo neoliberal e uma janela de oportunidade para transformações estruturais profundas. Diante da escala e da intensidade dos impactos socioeconômicos, a responsabilidade pública dos governos converteu-se em tema central, demonstrando a imprescindibilidade de ações políticas coordenadas. Alguns entenderam que seria o momento de restabelecer o debate sobre a democratização do Estado e construir um modelo alternativo baseado na noção de comuns (Svampa, 2020). Os menos entusiastas propuseram que o mais provável seria a acentuação das tendências manifestas: declínio do neoliberalismo, o alastramento e fortalecimento de formas de governo autoritárias, o recrudescimento de disputas geopolíticas e o avivamento dos Estados-nacionais. Permanência, e não mudança, caracterizaria o pós-crise inclusive no plano doméstico, onde grupos oligárquicos, populistas autoritários e liberais continuam a disputar o poder político e a esquerda se debate para criar um programa que agrade a maioria dos eleitores (Rodrik, 2020). Há, contudo, um denominador comum que atravessa a diversidade de diagnósticos, e que não se pode prescindir da ação do Estado em momentos de crise social.

O encontro dos Estados Unidos com a Covid-19 sob o governo antiliberal e atabalhado de Donald Trump é a demonstração da trajetória inescapável da utopia de mercado até a distopia como preconizado por Polanyi no século passado (Block e Somers, 2020). A crise da atenção em saúde explicitou as trágicas consequências de organizar a vida social em torno da lógica mortal do capitalismo neoliberal e privilegiar a indústria de cuidados. A negação da perspectiva de saúde pública diante de eventos epidêmicos, que compreende que os patógenos prosperam nas profundas teias de interconexão que caracterizam populações inteiras, reflete o desprezo pela vida humana e pela política como prática de tomada de decisões coletivas. A inexistência de rede de proteção social colocou os Estados Unidos como primeiro lugar no ranking de mortes (cerca de 775 mil segundo dados da OMS) e contágios (47 milhões, OMS), e permitiu a volta dos democratas ao poder, com a eleição de Joe Biden, em dezembro de 2020.

As experiências erráticas dos países da Europa Central também podem ser mencionadas como exemplos de fragilidade das instituições políticas e do sentido de público como consequência

de décadas de domínio neoliberal. Diferentes respostas políticas e baixa coordenação patentearam a fragilidade das instituições supranacionais e o descrédito do multilateralismo como mecanismo de mediação de conflitos em momentos de crise. A sentida ausência da liderança dos EUA como farol da economia livre e potência militar abriu espaço para acordos com os países asiáticos, em especial a gigante China. Um experimento de como será o mundo pós-pandemia, relações econômicas insufladas por mercadorias intangíveis e fluxo informático de alta velocidade ladeando a disputa geopolítica por recursos energéticos.

O otimismo frente ao colapso das forças de mercado como oportunidade para a mudança democrática esbarrou no sucesso relativo de governos autoritários na gestão de crises. A capacidade de resposta dos governos da China e da Coreia do Sul, com medidas de isolamento, rastreamento e tratamento de suas populações amparadas em tecnologia não regulada de reconhecimento facial e geolocalização características da vigilância digital desestabilizou a fé nas instituições democráticas como melhor forma de governar o comum (Han, 2020). Nesse sentido, a ameaça de regimes regressivos ou autoritários desenhados para proteger os interesses dos mais ricos continua presente, indicando que o pós-pandemia pode ser a oportunidade frustrada de solucionar a crise socioeconômica e ambiental associada ao modelo de desenvolvimento global orientado pela alta produtividade e maximização dos benefícios econômicos de corporações transnacionais que ameaça a vida na Terra (Svampa, 2020).

Como notou Mazzucato (2020), a crise da Covid-19 é um teste perfeito para identificar se uma abordagem de inovação e produção centrada na saúde pública pode prevalecer nos anos que virão. A corrida pela vacina expôs o modelo de negócio viciado da indústria farmacêutica e as limitações de sistemas produtivos concentrados em países ocidentais com baixa viabilidade em países não desenvolvidos. Os interesses privados oriundos do modelo de inovação biofarmacêutico excessivamente financeirizado colocam em dúvida as perspectivas de socialização das vacinas.

A conjuntura crítica pandêmica iniciada com a declaração de estado de emergência de saúde global pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em março de 2020 pode ser considerada como o evento histórico mais importante do século. Sua duração e intensidade nos permite classificá-la como um processo complexo de reestruturação dos modelos políticos e econômicos cujos contornos definitivos não podem ser claramente vislumbrados. A incerteza é a única certeza em um mundo à beira do colapso ambiental em que as instituições desenhadas para regular os riscos sociais demonstram sua exaustão. Diante disso, a realização da 26ª Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP-26), em novembro deste ano, em Glasgow, na Escócia resultou em um acordo débil envolvendo cerca de 12 bilhões de dólares destinados ao combate ao

desmatamento e preservação da Amazônia brasileira e colombiana, assim como à proteção de comunidades nativas. Apesar da advertência de Antonio Guterres, Secretário Geral da ONU, sobre “sentença de morte para os combustíveis fósseis” e os danos irreversíveis da ação humana sobre o clima apontada pelo último relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), publicado em agosto de 2021. Como na letra da música *Fábrica* (1986), da banda Legião Urbana, o verde já não existe mais e o céu é cinza, consequências de um modo de produção que explora os recursos naturais e humanos disponíveis.

Governos antidemocráticos pululam ao redor do globo como efeito adverso do aprofundamento do neoliberalismo, expondo o caráter conflitivo do modelo de produção capitalista erigido sobre padrões de consumo excludentes e ecologicamente insustentáveis. A desdemocratização, como aponta Brown (2019), constitui-se como fenômeno em que a legitimidade das instituições democráticas liberais é colocada em dúvida pela fusão espúria do valor liberdade com o iliberalismo, o autoritarismo, e as exclusão e violência sociais características da razão neoliberal. Para além de um conjunto de políticas econômicas que promovem circulação e acumulação ilimitada de capital através de taxa mínima ou nula, desregulação da indústria, privatização dos serviços e bens públicos, dissolvendo os Estados de Bem-Estar e o trabalho organizado, a racionalidade neoliberal gera novos valores e sentidos sociais remodelando o mundo. Ao economicizar cada esfera de ação humana, a racionalidade neoliberal promove a substituição do modelo de sociedade calcado sobre o valor da justiça e na noção de contrato social, por uma concepção de sociedade mercantilizada em que inclusive os Estados devem submeter-se às exigências do mercado. Mas não só, como senso comum, é uma racionalidade pervasiva que governa através do Estado e se infiltra nos espaços de trabalho, de educação, de assistência, de viagens e segurança, modelando desejos e decisões humanas. O fenômeno da “privatização do Estado” (Hibou, 2011) se manifesta como uma nova modalidade de produção da política, em que os grupos de interesse se integram ao exercício de poder, acoplando-se às elites dirigentes sem substituí-las. Ao submeter a liberdade aos sentidos de mercado, a razão neoliberal estira as valências políticas associadas a soberania popular e logo à democracia, e cria a equivalência absoluta da liberdade com a busca de fins privados, dissolvendo o significado de público. Em outras palavras, de modo que o seu significado político é negativo, segundo Brown, pois a liberdade só aflora onde a política e, particularmente, o governo é ausente.

Com isso, não é casual que a crise pandêmica tenha feito emergir o problema da responsabilidade dos governos e das capacidades estatais como elemento crucial para o sucesso (ou insucesso) das respostas e estratégias empregadas para minimizar os impactos socioeconômicos da desorganização da economia mundial expressos por altos níveis de desemprego e incremento da

desigualdade social. Se o caráter excludente do modelo capitalista de produção se tornou explícito e alimentou debates inflamados sobre a inviabilidade do crescimento infinito em um mundo de recursos finitos, também ficou claro o seu poder metamórfico e adaptativo. Como sugere Rodrik (2020), a pandemia pode aprofundar as tendências pré-crise (e não revertê-las) de morte contínua do neoliberalismo, aprofundando o autoritarismo e as disputas geopolíticas, reavivando conflitos nacionais e a reafirmação da soberania estatal. Uma perspectiva nada animadora diante da urgência de coordenação multilateral e cooperação econômica para amenizar os efeitos da crise climática. Um desafio ainda maior para países desiguais.

## **2) O VÍRUS ENCONTRA A AMÉRICA LATINA**

A análise das respostas políticas à crise sanitária em países latino-americanos exige considerar os desafios críticos presentes em sociedades estruturalmente desiguais. A região se tornou o epicentro da pandemia em junho de 2020, com a explosão de números de contágios e mortes expondo a precariedade das redes de proteção social. Brasil (3,3 milhões de casos e 107 mil mortos), Peru (525 mil casos e 26 mil falecidos) e México (511 mil infectados e 55 mil mortes) foram os países que mais perderam vidas, embora o colapso equatoriano em abril do mesmo ano tenha causado maior impacto quando imagens de corpos abandonados por falta de lugar em hospitais e cemitérios nas ruas de Guayaquil, chocaram o público. A situação caótica produziu o reforço de medidas de isolamento e fechamento de fronteiras na Argentina e no Equador garantiu a eleição do centro-direitista Guillermo Lasso, cujo programa de governo prometia vacinar em 100 dias a metade da população equatoriana (CEPAL, 2021).

Na América Latina, o renovado interesse no tema das capacidades estatais adquire contornos específicos dada a centralidade do Estado no processo de modernização capitalista, que transformou profundamente as sociedades latino-americanas no século XX. Significativamente, nas últimas três décadas, os países da região passaram por reformas estruturais que resultaram na retração das capacidades de mobilização de recursos estatais e na reordenação do espaço público. As consequências da deslegitimação e do desfinanciamento estatal manifestaram-se na pandemia como colapso de hospitais, ausência de políticas públicas de rastreio e diagnóstico, impasses na aquisição e produção de vacinas e atraso na imunização da população. Nesse aspecto, os números recordes de mortes e casos registrados são sintomas da baixa capacidade estatal para gerir a crise.

O Brasil notabilizou-se internacionalmente, ladeando os Estados Unidos em número de mortes (609 mil, dados OMS) e contágios (cerca de 21 milhões, OMS). A inabilidade do poder executivo para coordenar a resposta à pandemia, levou à implementação de soluções precárias e regionalizadas conduzidas pelos governadores. O caráter anticientífico e antissocial do governo

Bolsonaro traduziu-se em propagação de informações falsas e malversação de verbas públicas na promoção do chamado “kit covid”, um suposto tratamento preventivo composto por medicamentos como hidroxicloroquina, ivermectina e azitromicina, cuja eficácia não foi comprovada. Em março de 2021, o painel de especialistas do Grupo de Desenvolvimento de Diretrizes da OMS afirmou que a hidroxicloroquina não deveria ser usada na prevenção de pessoas não contagiadas pelo vírus da Covid (BMJ Online, 2021). Meses depois, em outubro, já sob impacto das investigações realizadas pela Comissão Parlamentar de Inquérito da Covid que comprovaram atividades ilícitas por parte do executivo, a comunidade científica cobrou um posicionamento do Conselho Federal de Medicina sobre a aplicação do tratamento precoce em redes públicas e privadas de saúde (Ferreira, 2021). As declarações presidenciais expuseram o pouco apreço ao interesse público e à vida de brasileiras e brasileiros. Desde o “E daí? (...) Sou Messias, mas não faço milagre” em abril de 2020, momento que o Brasil atingiu o número de 5 mil mortes, ultrapassando a China; até o “Nada está tão ruim que não possa piorar” em discurso oficial por ocasião de 1000 dias de governo em setembro de 2021, isto é, o saldo do estilo bolsonarista de governar é catastrófico. O desemprego atinge 14 milhões de pessoas, velhos conhecidos como a inflação (9% para 2021, IPCA) comprimem o poder aquisitivo, com as altas dos preços da gasolina e do gás de cozinha e de itens essenciais como o arroz e da proteína animal. Num horizonte de compressão da atividade econômica e projeções de contração do PIB, em que o Fundo Monetário Internacional aponta para redução das expectativas de crescimento da economia brasileira para os próximos anos (de 1,9% para 1,5% em 2022), a postura oficial é desdenhosa. Diante do cenário econômico nebuloso, o superministro da Economia Paulo Guedes responde que o FMI “vai continuar errando as projeções” (Hessel, 2021). O mesmo desdém com que tratou o tema da assistência social, dificultando a aprovação do auxílio emergencial de R\$ 600 mensais à população de baixa renda ou subempregada e culpou os servidores públicos pelas reformas econômicas não cumpridas (Valadares, 2021). O tardio abandono do fracassado programa de austeridade, moeda de troca para eleger Bolsonaro em 2018, abre uma brecha para expandir gastos públicos com olhos na campanha eleitoral de 2022 (Jimenez, Gortazár, 2021).

A inflação e o esgarçamento do tecido social também caracterizaram o caso argentino. O governo de Alberto Fernández, que marcou a volta do kirchnerismo ao poder em 2019, enfrentou a pandemia de forma proativa, com políticas de assistência econômica a trabalhadores desempregados e empresas à beira da falência (Programa de Apoyo al Trabajo y la Producción/ATP, Decreto 332/2020 de abril de 2020, modificado pelo Decreto 376/2020, no marco do DNU 260 de março do mesmo ano). As políticas de enfrentamento ao Covid-19 incluíram o bloqueio das fronteiras, medidas de distanciamento e isolamento social obrigatórios e

cooperação institucional para desenvolvimento de testes de detecção molecular do Sars-Covid. Aprovados em outubro de 2020 e março de 2021, respectivamente, pela Administração Nacional de Medicamentos, Alimentos e Tecnologia Médica (ANMAT), os chamados Neokit Covid-19 e Neokit Plus foram desenvolvidos por pesquisadores do CONICET no Instituto de Ciência e Tecnologia Dr. Cesar Milstein e da Fundación Pablo Cassará permitindo o barateamento do custo diagnóstico.

A Argentina foi um dos primeiros países a fechar acordos para produção de insumos e importação de vacinas, convertendo-se no primeiro país a exportar, mas a cobertura vacinal ainda está longe de ser satisfatória. Depois de dificuldades com a execução do acordo com o México para distribuição de AstraZeneca (Oxford), o país firmou parcerias com a Rússia (Sputnik) e Cuba (Abdala).

Contudo, a extensão temporal da conjuntura crítica destruiu a economia argentina. A escalada inflacionária da ordem de 53% levou o governo a restabelecer o controle de preços. Apesar das medidas de assistência econômica, com proibições de demissões sem justa causa e a instituição de programa de renda familiar de emergência para desocupados, informais e autônomos para cerca de 7 milhões de argentinos, apoio a restaurantes populares e às pequenas e médias empresas através de subsídios salariais. A conta da crise chegou. Nas eleições primárias para cargos legislativos (PASO), em setembro de 2021, a oposição saiu vencedora, com 41,8% dos cerca de 22 milhões de votos depositados em candidatos do Juntos Por El Cambio (Clarín, 2021).

O caso de relativo sucesso uruguaio chamou atenção. A adoção de uma exitosa estratégia de testagem para detecção do Sars-Covid-2 no início da pandemia envolvendo a criação de uma rede nacional de laboratórios de diagnóstico composta por institutos de pesquisa, hospitais públicos e laboratórios universitários permitiu o controle da cadeia de transmissão doméstica (Jones, 2020). Com isso, o país não padeceu da falta de testes para detecção do vírus como ocorreu no Brasil e em outros lugares do mundo. À diferença da postura brasileira, a resposta uruguaia baseou-se na sinergia entre autoridades públicas e comunidade científica. Além disso, o fato de ser um país pequeno, contar com um sistema de saúde de acesso universal e uma população de 3,5 milhões de habitantes são fatores que explicam o sucesso da política adotada pelo governo de Lacalle Pou, eleito em março de 2020.

O caso mexicano é também marcado por uma resposta equivocada e custosa do governo Lopez-Obrador. Como Bolsonaro, AMLO apostou na imunização por rebanho e na defesa da normalização econômica através do Plano de Retorno à Nova Normalidade Econômica em maio de 2020, através de acordo da Secretaria de Saúde definindo as diretrizes técnicas e sanitárias para a reabertura econômica. A política de atenção básica à saúde definiu-se pelo Acordo Todos Juntos

por el Covid, firmado entre a Associação de Hospitais Privados do México, o Consórcio de Hospitais Privados e a Fundação Mexicana para a Saúde destinado para garantir acesso aos leitos hospitalares à população sem proteção social.

Críticas contundentes de comunidade científica associaram a crise de contágios, mortes e colapso hospitalar aos erros metodológicos, de comunicação pública e na incapacidade de retificar erros cometidos pelas autoridades públicas, como o subsecretário de Prevenção e Promoção da Saúde, Hugo López-Gatell (Agencia EFE, 2021). O país é o terceiro em letalidade pelo Covid-19, atrás apenas dos Estados Unidos e do Brasil, e López-Gatell foi denunciado ao Tribunal Federal de Justiça Administrativa pelo senador e coordenador nacional do Movimiento Ciudadano, Clemente Castañeda Hoeflich por sua má gestão durante a pandemia em julho de 2021 (Forbes, 2021).

Características associadas ao tipo de coalizão de apoio ao presidente e a orientação política do governo, assim como a dinâmicas institucionais enraizadas podem explicar, segundo analistas políticos, as diferentes respostas e resultados dos países da América Latina. O grau de desenraizamento partidário, o poder relativo dos governos subnacionais frente ao nacional e a capacidade dos Estados para implementar políticas sociais de assistência aos grupos de baixa renda influenciariam o grau de autonomia governamental para impor quarentenas custosas às suas populações ou a probabilidade da aprovação de políticas de subsídio de renda ou imposição de custos aos grupos de maior poder econômico. Desse modo, partidos com raízes históricas, com identidade partidária e vínculos ideológicos com seus eleitores, como o peronista na Argentina, teriam então maior margem de manobra e o custo eleitoral reduzido. O oposto se aplicaria aos casos de Brasil e México. O primeiro representado por um presidente sem partido (Bolsonaro se desfilia do Partido Social Liberal em novembro de 2019), e o segundo pela ascensão do Movimiento de Regeneración Nacional (MORENA) criado em 2011. As relações entre governos nacionais e subnacionais, nos países caracterizados por arranjos federativos, determinam o acesso ao orçamento público dos governos estaduais e o grau de ingerência do executivo federal contribuindo para maior ou menos unicidade das políticas implementadas nacionalmente. Na Argentina, Fernández liderou esforços para expandir políticas sociais durante a crise do coronavírus, enquanto no Brasil foi a oposição no Congresso que pressionou em favor de uma resposta generosa para trabalhadoras e trabalhadores de baixa renda. A maior ingerência do poder do executivo nacional argentino teria se traduzido como maior coerência na aplicação das medidas de isolamento e distanciamento social e de renda. Por oposição aos casos de Brasil e México, em que os entes subnacionais gozam de maior autonomia, sendo exemplares por sua falta de uniformidade e coordenação nacional.

Entretanto, as tradicionais abordagens da ciência política parecem ser insuficientes para a compreensão das causas e efeitos das estratégias diversificadas adotadas por países da região (Giraudy et al; 2020). Tais abordagens costumam valorizar a menor ou maior influência de partidos históricos vinculados aos setores populares como facilitadores em casos em que se implementaram quarentena longas e rígidas, como na Argentina, permitindo redução do custo eleitoral. Outros fatores relevantes dizem respeito ao grau de desenraizamento dos partidos, o poder relativo dos governos estaduais ao impor limites ao poder do presidente (federalismo fiscal) e às capacidades estatais para implementar políticas de proteção social, em especial, para a população mais vulnerável.

Para os pesquisadores envolvidos no projeto “Desmonte de Políticas e Reconstrução de Capacidades Estatais para o Pós Pandemia” (INCT-PPED)<sup>15</sup>, se por um lado é imprescindível considerar as variações de regimes políticos e a orientação ideológica do governo (em especial do partido que encabeça o executivo) nos casos de Argentina, Brasil, México e Uruguai, não se pode ignorar o peso dos legados institucionais e a trajetória de construção de instrumento de políticas sociais. A análise detida dos casos nacionais revela que todos se constituem como democracias formais, mas não substanciais, embora com variações significativas em termos de orientação ideológica (oscilando entre governos de centro-esquerda na Argentina e no México, centro-direita no Uruguai e extrema-direita no Brasil), indicando a limitação de certas variáveis políticas para fornecer pistas conclusivas. Na mesma direção, não é o bastante referendar o efeito da precariedade laboral, presente em todos os casos, como fator fundamental para validar a hipótese de enraizamento ou vínculo das bases eleitorais com partidos como balizador de apostas políticas custosas de partidos históricos no poder. Em síntese, dado que mesmo no caso argentino, o retorno da pobreza e da desigualdade social, e logo a alta informalidade, dissolvem a premissa que se sustenta sobre a relação entre apoio irrestrito ao partido e submissão dos trabalhadores às políticas de controle social rígidas.

No que se refere à trajetória institucional associada à construção de redes protetivas a partir do Estado, deve-se observar que a maior ou menor capacidade do Estado em reagir à crise sanitária parece ter sido influenciada pelas diferenças de legado em política social em cada um dos países. Ou seja, a existência ou não de capacidade instalada para promoção de políticas públicas de saúde e assistência que definem o legado institucional de um regime de proteção social capilarizado nacionalmente e que contam com o respaldo de atores sociais organizados, como os sindicatos e

---

<sup>15</sup> Dados coletados no âmbito do projeto de pesquisa “CAPACIDADES ESTATAIS EM PERSPECTIVA COMPARADA: ENFRENTAMENTO DA CRISE SANITÁRIA DA COVID-19 NA AMÉRICA LATINA” (INCT-PPED/DIEST-IPEA) coordenado pelos pesquisadores Andrea Ribeiro (STA/UFF), Andrés del Rio (IEAR/UFF) e Roberta Rodrigues (GCP/UFF).

os movimentos sociais. Assim, Argentina, Brasil e Uruguai teriam contado com um colchão para amortecer o impacto da demanda explosiva por leitos em hospitais, tratamento e testes de diagnósticos promovida pela pandemia. Já o caso mexicano, carente de um sistema universal de atenção, seria o resultado da ausência desse tipo de legado institucional.

É a combinação dessas variáveis (política social para controle da crise, tipo de governo, instituições políticas formais e capacidade de controle da administração pública) que oferece sinais para entendermos as falhas e oportunidades observadas nas políticas de enfrentamento da Covid na região. É certo que a crise sanitária coincidiu com o período de menor crescimento das economias latino-americanas, cujo padrão de especialização produtiva voltado ao mercado externo concentrado em bens e serviços de baixa intensidade tecnológica não acompanha o movimento acelerado de inovação internacional (Abeles, Caldentey e Pocile, 2020). A tendência ao baixo crescimento observada desde 2014 refletiu-se na descontinuação dos avanços no combate à pobreza e desigualdade que marcaram o ciclo de expansão da década de 2000. Além disso, as fortes incertezas relacionadas ao acesso desigual à vacina e ao processo de vacinação ameaçam a recomposição do emprego e a reversão dos níveis de informalidade e pobreza, com impactos especialmente críticos sobre a participação das mulheres no mercado laboral. Como apontado pela secretária-executiva da CEPAL, Alicia Bárcena, a heterogeneidade da estrutura produtiva deve se acentuar, frente ao perfil de baixa produtividade do modelo de crescimento predominante e da fragmentação dos sistemas de proteção social e saúde que poderiam amortizar os impactos sociais negativos da forte contração da atividade econômica.

En términos económicos y sociales, nuestra región también ha resultado ser la más afectada por la crisis, que al final del año, según diversos estudios de la Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), arrojará como resultados una contracción del PIB del orden del 9,1%, el cierre de 2,7 millones de empresas, 44,1 millones de desocupados, 231 millones de personas en condición de pobreza, de las cuales 96 millones se encontrarán en situación de pobreza extrema, y aumentos significativos del índice de Gini, lo que refleja la manera en que el flagelo del coronavirus profundizará la desigualdad regional, que ya era estructuralmente elevada antes de la crisis (CEPAL, 2020).

Se bem a pandemia instalou-se quando a região enfrentava um dos períodos de contração econômica mais severos desde a década de 1950, tendo crescido apenas 0.2% em 2019 (CEPAL, 2020), não se deve ignorar a mudança de orientação política, marcada pela ascensão de governos conservadores que promoveram fortes ajustes nas políticas fiscais e sociais. A notável redução do papel do Estado como provedor de serviços públicos e os programas de austeridade desenhados por instituições financeiras internacionais sob demanda das elites locais provocaram forte reação popular. As manifestações críticas à privatização e ao abandono do Estado tomaram as ruas de países como Chile, Bolívia, Equador e Colômbia em 2019, em repúdio ao modelo econômico

excludente e à destruição do bem público. Ainda que as medidas de isolamento tenham confinado a ação coletiva ao âmbito privado nos primeiros meses da crise sanitária, as demandas de movimentos sociais antissistêmicos continuam a desafiar a estabilidade do poder dominante (Cham, Lima e Kenmer, 2021).

O bloqueio das vias de influência popular e a alienação de amplos setores da sociedade, mormente os tradicionalmente vulneráveis, do espaço político, escancarou a fragilidade da cidadania e o pouco apreço das elites latino-americanas pela democracia. A ascensão conservadora na região impulsionou a participação política de atores não tradicionais (fundamentalistas religiosos e setores de direita antiliberal) e o questionamento dos valores e sentidos da democracia expresso como ataque à ampliação de direitos, inclusão econômica e políticas estatais solidárias e protetivas do bem-estar. Bem como escancarou o caráter patriarcal da pandemia que, como indicado por Gordon (2020), é também uma “crise de cuidado”. A negligência estatal motivou medidas cautelares da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) contra Argentina (2), Brasil (4) e México (4) por falharem em garantir direitos de populações ribeirinhas, quilombolas, carcerária e de vítimas de violência estatal no ano de 2020.

O aumento da demanda por cuidado gerado pela combinação do vírus com medidas de isolamento afetou diretamente as mulheres, já vitimadas pela pobreza e dependência financeira. O índice de “feminidade da pobreza” desenvolvido pela ONU para comparar a porcentagem de mulheres pobres de 20 a 59 anos em relação aos homens na mesma faixa etária, demonstra que para cada 100 homens vivendo em lares pobres, há 112,7 mulheres em situação de pobreza nos 17 países da América Latina. Essa pandemia invisível impulsionou políticas públicas de prevenção e atenção às vítimas da discriminação de gênero e o reconhecimento desses serviços como essenciais na Argentina, Colômbia, Honduras, México e legislação específica sobre serviços jurídicos e extensão automática de medidas protetivas (Argentina, Paraguai e Uruguai), segundo o Observatório da Covid-19 da Cepal. Diante disso, foram implementadas cerca de 90 medidas protetivas para as mulheres durante o período da crise sanitária na região, mas as dificuldades de acesso à saúde e à segurança, a débil qualificação de servidores públicos como agentes de acolhimento de vítimas e a inexistente coordenação política interinstitucional indicam a urgente necessidade de ação pública no combate à desigualdade de gênero.

O cataclisma social colocou em xeque as certezas dos economistas liberais e dos defensores do mercado livre. A responsabilidade dos governos na gestão de crises trouxe a política para o centro do furacão e abriu espaço para uma disputa em torno das possibilidades e limites da intervenção estatal orientada por seu sentido público e solidário. Se não o Estado, quem poderia

nos salvar? A falácia do Estado mínimo foi denunciada aqui e acolá, fazendo emergir movimentos em defesa de alternativas econômicas em todo mundo.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS: DE INCERTEZAS A CERTEZAS**

A essa altura, depois de tantas vias abertas, importa apontar algumas direções. Como vimos anteriormente, a importância histórica da pandemia da Covid-19 constitui fenômeno complexo e multidimensional. Em primeiro lugar, como conjuntura crítica de escala global, a pandemia abriu espaço para a revisão das bases do capitalismo como modelo produtivo e o questionamento dos efeitos da pervasividade da razão neoliberal sobre os valores e as instituições político-democráticas. A reestruturação das relações entre as esferas econômica e política, do público e do privado interpela o sentido da agência estatal e de interesse comum. Nesse sentido, a complexidade da conjuntura é expressão do conflito ético-civilizacional que contrapõe o capital à vida.

Em segundo lugar, a diversidade dos efeitos da crise deve ser compreendida por meio da análise detida de casos específicos, considerando os limites estruturais e conjunturais da ação pública estatal em Estados situados na periferia do capitalismo. Como visto, as respostas políticas de Argentina, Brasil, México e Uruguai variaram de acordo com as formas de governo, os legados institucionais em políticas sociais, grau de participação política e de capacidade estatal. O relativo sucesso da Argentina e do Uruguai, particularmente na fase pré-vacina, relaciona-se à ativação do Estado na promoção de sinergia institucional com institutos de pesquisa e saúde para conter o contágio e rastrear infectados. Já os de Brasil e México, coincidem em apresentar um plano político negativo e anticientífico e conseqüentemente de obstrução da ação estatal, caracterizando-os como rotundos fracassos de gestão pública. Ao contrário do México, o Brasil experimentou um processo de desmonte de suas capacidades de implementação política dirigido por um governo de extrema-direita. O governo Lopez-Obrador, apesar de se situar politicamente no campo da centro-esquerda, não contou com um forte legado institucional em políticas sociais ou com uma base de apoio popular robusta, logo a total ausência de capacidade estatal combinou-se com o negacionismo do executivo. Como o Brasil, Argentina e Uruguai possuem redes protetivas universais consolidadas e os governos peronista de Fernández e blanquista de Lacalle Pou não coincidem em orientação política.

Os efeitos políticos e econômicos da pandemia da Covid-19 nos países da América Latina são devastadores, com altas taxas de desemprego e aumento da desigualdade conseqüências da contração da atividade econômica. A estabilização da incerteza resultante do prolongamento da conjuntura crítica impacta mais fortemente países desiguais e politicamente instáveis. A distribuição assimétrica dos custos da pandemia compromete a continuidade de políticas públicas sanitárias,

econômicas e sociais implementadas durante o ciclo de governos progressistas da década de 2000. Em outros termos, de modo que o fenômeno da “reativação do Estado” não pode ser entendido como sinal de reformas sociais profundas e de alargamento da democracia, tampouco promessa de um futuro menos desigual. Indubitavelmente, o modelo de gestão bolsonarista – autoritário, centralizador, intolerante e excludente – fracassou. O fim do martírio brasileiro (e global) impõe reafirmar a premissa que postula a necessária convergência entre as esferas política e econômica, ou democracia e desenvolvimento inclusivos como alternativa única para a sobrevivência da humanidade ou da vida humana no planeta Terra.

## REFERÊNCIAS

ABELES, M; CALDENTEY, E.P. e PORCILE, G . La crisis del COVID-19 y los problemas estructurales de América Latina y el Caribe: responder a la urgencia con una perspectiva de largo plazo. In: Revista CEPAL no. 132 - Edición Especial. El COVID-19 y la crisis socioeconómica en América Latina y el Caribe.

ANTUNES, Ricardo. Coronavírus: o trabalho sob fogo cruzado. Boitempo Editorial, 2020.

Block, F. and Somers, M. R. (2017) ‘Karl Polanyi in an Age of Uncertainty’, *Contemporary Sociology*, 46(4), pp. 379–392. doi: 10.1177/0094306117714499.

CARRASCO, C; DIÁZ, C. Economía feminista: desafíos, propuestas, alianzas, ENTREPUEBLOS, 2020. Primera edición: marzo 2017.

CEPAL (2020), “Dimensionar los efectos del COVID-19 para pensar en la reactivación”, abril [en línea] <https://www.cepal.org/es/publicaciones/45445-dimensionar-efectos-covid-19-pensar-la-reactivacion>.

Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), Revista CEPAL, N° 132 (LC/PUB.2021/4-P), Santiago, 2021.

FERREIRA, IVANIR. “Tratamento precoce” e “kit covid”: a lamentável história do combate à pandemia no Brasil. Jornal da USP. Out.2021. Disponível em: <https://jornal.usp.br/?p=460794>

G1, “Nada não está tão ruim que não possa piorar”, afirma Bolsonaro, 27/09/2021, disponível em <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/09/27/nada-nao-esta-tao-ruim-que-nao-possa-piorar-afirma-bolsonaro.ghtml>

GIRAUDY, A; NIEDZWIECKI, S; PRIBBLE, J. ¿Por qué Argentina, Brasil y México actúan distinto ante el Covid-19? Una mirada desde la Ciencia Política con lecciones para Chile. CIPER/Académico, 8/5/2021. Disponível em: <https://www.ciperchile.cl/2020/05/08/por-que-argentina-brasil-y-mexico-actuan-distinto-ante-el-covid-19-una-mirada-desde-la-ciencia-politica-con-lecciones-para-chile/>

HERNÁNDEZ, ENRICO. Hugo López-Gatell merece un sanción penal por el mal manejo de la pandemia de Covid-19: MC. Forbes México, 20/07/2021. Disponível em: <https://www.forbes.com.mx/hugo-lopez-gatell-merece-un-sancion-penal-por-el-mal-manejo-de-la-pandemia-de-covid-19-mc/>

HESSEL, ROSANA. Desemprego elevado é um dos maiores desafios do Brasil a pós crise sanitária. *Correio Braziliense*, 18/10/2021. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/economia/2021/10/4956030-as-cicatrizes-da-pandemia-no-mercado-de-trabalho.html>

HIBOU, Béatrice. *La privatización del Estado, México: FCE, 2011.*

HUNZIKER, ROBERT. “Code Red on FacingFuture.TV”, *Counterpunch*, October 12, 2021. Disponível em: <https://www.counterpunch.org/2021/10/12/code-red-on-facingfuture-tv/>

JIMENEZ, CARLA; GORTAZAR, NAIARA G. Guedes está próximo de furar o teto de gastos e dar um cavalo de pau na economia. *El País*, 4/11/2021. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/economia/2021-11-04/guedes-esta-perto-de-furar-o-teto-de-gastos-e-dar-um-cavalo-de-pau-na-economia.html?sma=newsletter\\_brasil\\_diaria20211105](https://brasil.elpais.com/economia/2021-11-04/guedes-esta-perto-de-furar-o-teto-de-gastos-e-dar-um-cavalo-de-pau-na-economia.html?sma=newsletter_brasil_diaria20211105)

JONES, F. “Entre as diversas estratégias de combate à disseminação da doença, resultados de alguns países chamam a atenção”. In: *O XADREZ GLOBAL DA PANDEMIA COVID-19*, Revista FAPESP, Novembro 2020.

Latinoamerica: el epicentro del coronavirus. *RFI Americas*, 19/08/2020. Disponível em: <https://www.rfi.fr/es/am/C3%A9ricas/20200816-latinoam/C3%A9rica-epicentro-del-coronavirus>

LUSTOSA, F. A AGENDA BOLSONARISTA DE POLÍTICAS PÚBLICAS. IN: TEIXEIRA, C.S; MONTEIRO, G.T. (ORG.). *BOLSONARISMO: TEORIA E PRÁTICA*. RIO DE JÁNEIRO: GRAMMA, 2020.

MAZZUCATO, MARIANA; LI, HENRY LISHI; TORREELE, ELS. Conceber vacinas para pessoas e não para lucros. *Project Syndicate*, Dec 1, 2020. Disponível em: <https://www.project-syndicate.org/commentary/covid-vaccines-for-profit-not-for-people-by-mariana-mazzucato-et-al-2020-12/portuguese>

POLANYI, Karl. 1944/2001. *The Great Transformation: The Political and Economic Origins of Our Time*. Boston: Beacon Press.

RODRIK, Daniel. Will COVID-19 Remake the World? *Project Syndicate*, Apr 6, 2020. Link: [https://www.project-syndicate.org/commentary/will-covid19-remake-the-world-by-dani-rodrik-2020-04?utm\\_source=Project+Syndicate+Newsletter&utm\\_campaign=aa811cf03a-covid\\_newsletter\\_09\\_04\\_2020&utm\\_medium=email&utm\\_term=0\\_73bad5b7d8-aa811cf03a-104736649&mc\\_cid=aa811cf03a&mc\\_eid=c4b0becd7c](https://www.project-syndicate.org/commentary/will-covid19-remake-the-world-by-dani-rodrik-2020-04?utm_source=Project+Syndicate+Newsletter&utm_campaign=aa811cf03a-covid_newsletter_09_04_2020&utm_medium=email&utm_term=0_73bad5b7d8-aa811cf03a-104736649&mc_cid=aa811cf03a&mc_eid=c4b0becd7c)

SOPA DE WUHAN: PENSAMIENTO CONTEMPORÁNEO EN TIEMPOS DE PANDEMIAS. Agamben, G; Zizek, S; Nancy, JL; Berardi, F; Petit, SL; Butler, J; Badiou, A; Harvey, D; Han, B-C; Zibechi, R; Galindo, M; Gabriel, M; González, GY; Manrique, P; Preciado, PB. *ASPO (Aislamiento Social Preventivo y Obligatorio)*: 2020. 188. <https://bit.ly/sopadewuhan>

VALADARES, CARLOS. Paulo Guedes é condenado a pagar 50 mil por ter comparado servidores com parasitas. *Folha de São*, 18/09/2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/09/paulo-guedes-e-condenado-a-pagar-r-50-mil-por-ter-comparado-servidores-com-parasitas.shtml>

ROUSSEFF, DILMA. Discurso presidencial por ocasião do afastamento de cargo em 31 de maio de 2016. Disponível: <https://fpabramo.org.br/2020/08/31/dilma-fez-discurso-emocionante-em-despedida-do-alvorada/> INPE. “A taxa consolidada de desmatamento por corte raso para os nove estados da Amazônia Legal em 2020 foi de 10.851 km<sup>2</sup>”. INPE Notícias, 21/05/2021. Disponível em: [http://www.inpe.br/noticias/noticia.php?Cod\\_Noticia=5811](http://www.inpe.br/noticias/noticia.php?Cod_Noticia=5811)

“Como o Equador foi de corpos nas ruas ao 3º país em vacinação contra Covid na América Latina”. G1 via RFI, 23/09/2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2021/09/23/como-o-equador-foi-de-corpos-nas-ruas-a-3o-pais-em-vacinacao-contr-covid-da-america-latina.ghtml>

“México erró estrategia de covid-19 pero se niega a rectificar, dice experta”, EFE, 31/1/2021. Disponível em: <https://www.efe.com/efe/america/sociedad/mexico-erro-estrategia-de-covid-19-pero-se-niega-a-rectificar-dice-experta/20000013-4453387>

“Resultados Elecciones 2021: el mapa en vivo con quiénes ganaron en las PASO distrito por distrito”. Clarín, Sept.2021. Disponível em: [https://www.clarin.com/politica/resultados-elecciones-2021-mapa-vivo-ganaron-paso-distrito-distrito\\_0\\_Uq12eU2HA.html](https://www.clarin.com/politica/resultados-elecciones-2021-mapa-vivo-ganaron-paso-distrito-distrito_0_Uq12eU2HA.html)

“WHO expert panel strongly advises against use of hydroxychloroquine to prevent covid-19”. BMJ Online: <https://www.bmj.com/company/newsroom/who-expert-panel-strongly-advises-against-use-of-hydroxychloroquine-to-prevent-covid-19/>